



Rui Patrício

“Os problemas da Justiça prendem-se com a cultura e a mentalidade”

Entrevista Advogado natural de Santarém, Rui Patrício acaba de publicar um livro de crónicas em que une as suas duas paixões: as viagens e a justiça.

João Baptista

joao.baptista@oribatejo.pt

Acaba de lançar o livro “Mapa-múndi da Justiça, em bilhete-postal”. A que se deve a escolha do título?

O livro é um conjunto de crónicas, apontamentos, histórias e

reflexões de viagem. E viagem em dois sentidos: viagens pelo país e pelo mundo, pois cada texto foi escrito num local diferente e vários deles têm alusões directas a essas geografias; e viagens pelo sistema de justiça e por alguns dos seus temas ou temas afins. Viagem

e Justiça: dois amores, dois territórios, um testemunho cruzando os dois e fazendo o mapa de várias experiências ao longo de vários anos. O meu mapa-múndi.

Já antes publicou outros livros nas áreas do Direito, mas agora

avançou por um registo mais literário, não se cingindo apenas ao tema da justiça. O que o levou a escrever este livro?

Eu gosto de escrever e tenho essa necessidade. Escrevo outras coisas fora do Direito com regularidade, umas melhores outras piores, e vou deitando fora ou guardando. Há uns anos, comecei a escrever estes apontamentos ou crónicas de viagem relacionados com temas de justiça, e em 2011 achei que algumas delas faziam sentido em conjunto e podiam ser publicadas. Porque em 2011? Talvez porque fiz 40 anos, talvez porque senti necessidade de dar um testemunho sobre o que pensava sobre vários assuntos, talvez porque atingi o meu limite de saturação de ouvir certas coisas ou de ver certas coisas na área da justiça e no discurso, nos actos ou nas agendas – mais ou menos encobertas – de alguns dos seus actores.

Disse que este livro é um manifesto contra a lamentação sobre o estado da justiça. Quais são em seu entender os principais problemas da nossa justiça?

São, no essencial, os mesmos de outros sectores da nos-

sa sociedade e da nossa vida comum: problemas de cultura e de mentalidade, problemas de gestão, superficialidade, pequenez de horizontes (no espaço e no tempo), críspação e falta de diálogo, défice de exigência (a começar pela auto-exigência). E, no modo como o cidadão se relaciona com a Justiça – e não só com a Justiça –, falta muito a aplicação da célebre frase de John Kennedy: Não perguntem o que a América pode fazer por vocês, perguntem o que podem vocês fazer.

Nunca se criticou tanto o sistema de justiça, pela sua lentidão, pelos casos que prescrevem... Como justifica a afirmação de que “o problema da justiça é de hipocondria”?

Eu não digo que o problema da Justiça é a hipocondria. Eu digo que o principal problema da Justiça é a hipocondria, o que é uma coisa diferente. A Justiça tem problemas, e não nego isso. O que digo é que não tem tantos, nem tão graves quanto se tornou moda dizer, e nesse sentido há uma grande hipocondria. Há um discurso negativo em excesso, injustificado e sobretudo muito perigoso. E esse discurso é alimentado por várias razões, nalguns a ignorância, noutros a tentação do palco, em vários a superficialidade e em um ou outro (ou talvez mais) o desejo de que se não discutam questões concretas (afogadas no mar do desânimo e da catástrofe) ou que se crie um clima para fazer vingar certa agenda ou certo projecto.

A justiça em Portugal está hoje muito mediatizada, com toda a gente a comentar os vários casos... Como vê isto?

Vejo, simultaneamente, como uma inevitabilidade, uma maravilha e uma desgraça. Uma inevitabilidade, porque o tempo que vivemos é assim e não adianta fingir que não ou suspirar por tempos passados, o que temos é que enfrentar as coisas como são e procurar lidar o melhor possível com a voragem comunicacional, coisa a que a Justiça ainda não se habituou bem. Uma maravilha, porque é fruto da transparência, da abertura e da vivacidade de uma sociedade aberta e democrática. Uma desgraça, porque se fala de mais, porque se fala sem saber e sobretudo porque há uma forte tentação de espectáculo, com o que isso tem de superficialidade, de negativismo – porque só as coisas negativas são notícia – e de erosão da confiança e da credibilidade.

BI**Rui Patrício***Advogado, 40 anos,
natural de Santarém*

Rui Patrício, 40 anos, sócio da sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, professor universitário, foi membro, entre 2009 e 2011, do Conselho Superior da Magistratura.

Destacou-se recentemente em casos mediáticos como a defesa do ex-presidente da REN, José Penedos, do ex-selecionador Carlos Queirós, do processo "Furacão", entre outros. Foi distinguido como

melhor advogado português em contencioso, segundo o prestigiado International Law Office (ILO), Natural de Santarém, o advogado de Santarém lançou-se na escrita do livro "Mapa Múndi da Justiça em Bilhete Postal".

O governo prepara-se para alterar o mapa judicial. No distrito de Santarém deverão ser encerrados 4 tribunais nos concelhos mais pequenos. Qual a sua opinião sobre estas medidas?

Por muito que esta medida custe às populações e por muito que tenha consequências negativas no combate à desertificação e na integração demográfica e no desenvolvimento do território, é uma medida necessária, e por isso sou a favor da revisão do mapa judiciário, no sentido da extinção ou da fusão de tribunais. Quanto aos tribunais em concreto a extinguir ou a fundir, não estudei o assunto em pormenor, por isso não sei se seria mais correcto este ou aquele tribunal, mas sei que essa medida de racionalização é necessária e já devia ter sido feita há muito. O nosso mapa judiciário actual data do século XIX, é quase como se andássemos de charrete na auto-estrada.

É natural de Santarém. Mantém ligações à terra? Que lugar ocupa Santarém na sua vida?

Actualmente, não vou com frequência a Santarém, embora tenha aí parte da família e os meus pais tenham casa em Alcanhões, onde vivi parte da infância e da adolescência. Mas mantenho a mais forte de todas as ligações: a da memória e dos afectos, pois nasci em Santarém e vivi até adulto em Santarém e em Alcanhões. É a minha terra, no sentido mais telúrico e fundo do termo, pois é onde comecei e onde me fiz homem, e onde estão as memórias e os afectos dos primeiros anos e parte das memórias e dos afectos dos anos seguintes.

Acompanha o que se passa em Santarém. Como avalia a situação da cidade?

Praticamente não acompanho e por isso não tenho opinião. Não quero fazer o mesmo que crítico a outros, por exemplo sobre a Justiça: serem especialistas do et cetera, falarem sobre tudo e sobre nada, falarem sem saber ou só porque ouviram dizer.



O nosso mapa judiciário data do século XIX, é quase como se andássemos de charrete na auto-estrada"

PUBLICIDADE

SISTEMA DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO NO SECTOR DO TURISMO

SESSÃO INFORMATIVA - TOMAR - ESTALAGEM SANTA IRIA 22 | MARÇO | 2012

PROGRAMA

15H00 - Recepção aos convidados

15H15 - ABERTURA

- **CARLOS CARRÃO** - Presidente da Câmara Municipal de Tomar
- **MANUEL ANTÓNIO DE FARIA** - Vice-Presidente Executivo da T-LVT

15H30 - QREN (Candidaturas abertas: condições específicas de acesso)

- **DR. ANTÓNIO PAQUETE**
- (ECONOMISTAS 2020 - Gabinete de Estudos Turísticos, Lda.)

16H30 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO TP/BANCA

- **BPI**

17H00 - OUTROS APOIOS FINANCEIROS AO SECTOR DO TURISMO

- **DR. ARLINDO COSTA** - (ANTÓNIO PAQUETE - Economistas Associados, Lda)

17H30 - PERGUNTAS E RESPOSTAS

18H00 - ENCERRAMENTO

COLABORAÇÃO

- ◆ ECONOMISTAS 2020-Gabinete de Estudos Turísticos Lda.
- ◆ BPI
- ◆ ESTALAGEM SANTA IRIA

MODERADOR

- ◆ PUBLITURIS

INSCRIÇÕES GRATUITAS (até 21 de Março)
Telef.: 249 329 000 / 916 601 214 • Fax: 249 324 322
e-mail: dir.prom.turistica@turismolisboavaledeotejo.pt
florbela.fernandes@visittemplarios.com
www.visittemplarios.com

ORGANIZAÇÃO CONJUNTA



ANTÓNIO PAQUETE
Economistas Associados, Lda